

O sucateamento das estatais

Jaime Matos

SÃO PAULO — O perigo de sucateamento das indústrias já é visível ao menos em um importante segmento, o estatal, assinala Antoninio Trevisan, secretário especial de Controle das Empresas Estatais na segunda metade da administração João Sayad na Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Nesta década, os ativos das empresas controladas pelo governo federal — estacionados em CZ\$ 1 trilhão 88 bilhões — cresceram a média de 11% ao ano até 1984 e começaram a desabar a partir daí. “Tudo indica que em 1987 o crescimento dos ativos será negativo, se levarmos em conta os investimentos anunciados para este ano — de CZ\$ 335,9 bilhões — e a depreciação do imobilizado: máquinas, equipamentos etc.”, afirma Trevisan.

Apenas a Petrobrás e a Telebrás têm capacidade de bancar seus investimentos, nota o técnico. Ou seja, fora dessas duas, é inviável pensar no desenvolvimento das estatais com recursos próprios. Com a torreira do dinheiro externo está definitivamente fechada, restam-lhes apenas os recursos do Tesouro. Dessa forma, comece-se uma iniquidade: o Tesouro vai buscar dinheiro para integrar as empresas no orçamento geral da União deixando a

descoberto áreas onde o estado precisa investir prioritariamente, como saúde e educação.

“A retomada dos investimentos nas estatais não pode ser feita à custa de recursos da União”, diz Trevisan. “E o caminho mais recomendável é a privatização de empresas inteiras ou de projetos.” O esforço nesse sentido, contudo, precisa se apoiar fora do governo, com a colaboração de setores especializados, como os bancos de investimentos ou os bancos de negócios. Os resultados conseguidos pelo governo são muito modestos. “Em que pese todo o esforço e competência do secretário especial de Privatização, David Moreira, o atual programa só atinge 65 empresas, cujo patrimônio, somado, é inferior a 5% do conjunto das estatais.” De qualquer forma, alerta Trevisan, tal esforço precisa ser feito a toque de caixa, pois é evidente que o setor produtivo estatal caminha para o limite de sua capacidade.

Espaço livre — As idéias de Trevisan sobre a privatização aproximam-se daquelas defendidas pelo economista Persio Arida. Embora respeite um rigoroso silêncio e evite aparições públicas desde que deixou o governo, Arida teve oportunidade de expor suas idéias há pouco mais de um mês, durante uma

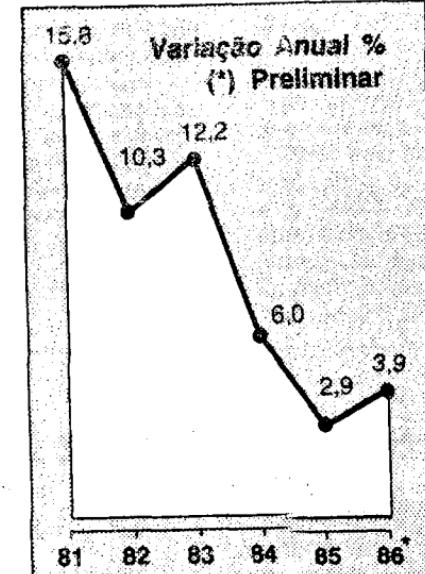
reunião com as analistas do mercado de capitais.

Sua posição é a de que, no caso específico das empresas estatais, chegou o momento de tentar-se o caminho não convencional, distanciado da polarização entre a corrente que prega a sumária eliminação do estado e a que pretende o crescimento da presença oficial na economia. Tal caminho passa pela transformação do Tesouro, de grande investidor que é hoje — condição insustentável, como quer Trevisan — em grande incorporador.

Para operar a transformação, o governo não devia pensar em privatização de *holdings*, mas de partes delas ou de projetos. No caso da construção de uma nova hidrelétrica, por exemplo, a Eletrobrás (que não tem recursos para bancar o projeto) poderia se associar à iniciativa privada: ofereceria sua capacitação tecnológica, e mão-de-obra especializada mas não mexeria em dinheiro, deixando a capitalização ao sócio. Em troca, ficaria com uma participação pequena, mas sem fazer desembolso.

Embora carregada de bom senso, tal proposta exbarra num fato da vida real: para que se vialize, o governo teria que assumir um compromisso, via um acordo

Ativos das estatais



Fonte: SEST
Perfil das Empresas Estatais Vol. 1 1986.

de tarifas, garantindo ao investidor privado retorno para sua aplicação. “As estatais sofrem de um óbvio mal de raiz: são do estado, que não abre mão de usá-las como instrumentos de política partidária e de política econômica conjuntural”, queixa-se Trevisan.